

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Poder em jogo](#) 2

Valor Econômico

[Título: Para tornar Cesp atrativa, SP assume riscos](#) 26

[Título: Aneel decide hoje nova taxa de remuneração para distribuição](#) 28

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Poder em jogo 2

Título: União recebe R\$ 100 milhões da Petrobras 3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 5

Título: Parente enfatiza esforço para vender Pasadena 5

Título: Tributação e meio ambiente 5

Título: Montadoras apostam em carro híbrido a etanol 7

Título: Moro condena empresário por propina de US\$ 868 mil 8

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 9

Título: É a estupidez 9

Título: Sobretaxa de Trump divide republicanos 10

Título: Brasil precisa modernizar estratégias de ação em Washington 12

Título: Estatal do pré-sal fecha a primeira venda	14
Título: Gás usado em comércio e indústria cai 4,2%	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Retaliação aos EUA pode causar recessão, diz OMC	16
Título: A energia do turismo na Usina de Itaipu	18
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Bacia de Santos pode superar produção de petróleo de Campos nos próximos meses	18
Título: União vende pela primeira vez óleo de contrato de partilha	19
Título: EUA serão maior produtor de petróleo até 2023	21
Título: Crescimento econômico com insegurança energética	21
Título: Grupo de importadores acionam Cade contra conduta da Petrobras	24
Título: Destaques	26
Título: Para tornar Cesp atrativa, SP assume riscos	26
Título: Aneel decide hoje nova taxa de remuneração para distribuição	28

VEÍCULO: O Globo

Seção: Página 2 / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em jogo

Entrevista

FERNANDO FILHO - MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

A privatização da Eletrobras começa a ser discutida hoje na Câmara. De que ponto o governo não abre mão?

– O que é importante para o governo é a descotização (mudança nos contratos de hidrelétricas), a revitalização do Rio São Francisco e tornar a empresa mais eficiente, que possa dar mais retorno.

A oposição diz que o governo quer abrir mão de um patrimônio do brasileiro. Esse discurso pode ganhar os deputados e comprometer a votação até maio?

– Ninguém está abrindo mão de um patrimônio. Esse discurso da oposição é de quem não conhece o projeto. Estamos fazendo uma privatização da empresa sem vender nenhuma ação. O que está acontecendo é a diluição de capital da empresa. É a primeira vez que vai se ter uma privatização sem se vender ações.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: União recebe R\$ 100 milhões da Petrobras

Recursos referem-se à venda de 500 mil barris de petróleo pelo regime de partilha no pré-sal.

A União recebeu cerca de R\$ 100 milhões da Petrobras com a venda de cerca de 500 mil barris de petróleo produzidos sob o regime de partilha no campo de Mero (Libra), no pré-sal da Bacia de Santos. Por esse modelo, o consórcio — Petrobras, Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC — opera a área e repassa parte da produção para o governo. O leilão foi feito pela estatal Pré-Sal Petróleo, responsável pela gestão dos contratos de produção sob o regime de partilha. Deve haver um novo leilão, de 500 mil barris de óleo, também produzidos em Mero, no mês que vem.

A expectativa é que, até dezembro, sejam vendidos 2 milhões de barris de petróleo — quase o patamar de produção diária hoje no país. Ibsen Flores, presidente da Pré-Sal Petróleo, disse que, no primeiro leilão, participaram cerca de oito empresas que já atuam no Brasil: — Os recursos arrecadados serão destinados ao Fundo Social e às áreas de educação básica e saúde. Segundo Flores, esse primeiro leilão teve propostas fechadas. Só a partir do segundo semestre, explicou, é que o leilão será feito de forma aberta, dando mais transparência ao processo. — Nesta primeira venda, a carga foi oferecida, em um processo competitivo, para empresas do setor que tivessem a capacidade logística necessária.

A Petrobras apresentou a melhor oferta de preço e foi declarada vencedora. No segundo semestre, esse processo vai mudar — disse Flores. Para o segundo semestre, a expectativa é dar início à comercialização de petróleo dos campos de Sapinhoá e Lula, ambos no pré-sal da Bacia de Santos. Assim, a União planeja arrecadar R\$ 1 bilhão com as operações geridas pela Pré-Sal Petróleo, informou a companhia. No caso de Sapinhoá, será feita uma conciliação financeira, com base nas receitas acumuladas da parcela da União desde o início das atividades

da área, descontando-se a parcela relativa aos custos incorridos na exploração e na implantação deste projeto de produção. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Eduardo Maneira

Título: A tributação do petróleo do Rio e as eleições

O leitor do Rio de Janeiro deveria levantar uma bandeira nas eleições de 2018: votar no candidato que se comprometer a mudar a tributação do petróleo, de modo que o estado possa aplicar a regra geral do ICMS, que tributa todo e qualquer bem ou mercadoria na origem. Uma nova forma de cobrança ajudaria a enfrentarmos o atual caos dos serviços públicos no estado. Explica-se: o avião fabricado pela Embraer em São Paulo e vendido para o Rio é tributado pelo ICMS em SP (origem), assim como o veículo fabricado pela Fiat em Betim recolhe ICMS para Minas, e o minério extraído de Carajás vendido para o Rio gera ICMS para o Pará. Mas o petróleo produzido no Rio e vendido para outro estado rende zero de ICMS para o povo fluminense, por conta de uma regra de exceção.

O Rio produz muita coisa, presta muitos serviços, mas nada que se compare aos quase dois milhões de barris diários de petróleo. Estes, quando vendidos para fora do estado, não são tributados por força de uma norma constitucional que determina a não incidência do ICMS sobre operações que destinem a outros estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados. Em valores arredondados, dois milhões de barris a US\$ 60. São US\$ 120 milhões por dia, ou seja, R\$ 12 bilhões por mês. Se consideramos que a maior parte deste valor não é tributada, estamos falando de uma perda mensal de centenas de milhões de reais. Rio, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia e mais cinco estados produtores são prejudicados por esta regra.

Mas, sem dúvida, o Rio e o Espírito Santo são os que mais sofrem com a distorção. A justificativa seria a de que os estados mais pobres da Federação que não produzem petróleo deveriam participar da tributação, evitam dose uma disparidade que poderia comprometer o pacto federativo. De outro lado, os estados produtores seriam recompensados com o pagamento de royalties e participações especiais, previstos na Constituição. O argumento não se sustenta. A tributação no destino só se justifica nas operações de exportação para desonerar o produto e aumentar as receitas do país, gerando uma balança comercial superavitária.

Para as operações dentro do país, a tributação deve ser na origem porque, por esta sistemática, tanto o estado produtor quanto o consumidor ganham. Por

exemplo: em uma venda do Rio para São Paulo de uma mercadoria tributada em 18%, ficariam 12% para o Rio (origem) e 6% para São Paulo (destino). No outro modelo, somente o estado de destino ganha 18%; o de origem, 0%. É o que acontece na tributação do petróleo. A compensação por meio do pagamento dos royalties demonstrou ser precária. É que as regras de distribuição dos royalties não estão na Constituição, sendo definidas por mera lei ordinária que pode ser modificada. Hoje, uma liminar da ministra Cármen Lúcia é que garante ao Rio receber royalties em valores não aviltantes. Senhores candidatos : comprometam-se pela luta de dar ao Rio de Janeiro o que é dele por justiça.

Eduardo Maneira é professor de Direito Tributário da UFRJ

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Parente enfatiza esforço para vender Pasadena

A Petrobrás continua seus esforços para vender a refinaria de petróleo de Pasadena, no Texas, e não tem planos para construir uma nova unidade de refino, disse ontem o presidente executivo da companhia. Pedro Parente declarou que a empresa não mudou de ideia sobre o desinvestimento na sua subsidiária Liquigás, após o órgão antitruste Cade bloquear a operação. “Nós continuamos com o nosso plano de desinvestimento”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / opinião

Autor: Bernard Appy

Título: Tributação e meio ambiente

Em meu último artigo (de 20 de fevereiro) procurei mostrar que, no Brasil, é possível fazer uma reforma tributária que simultaneamente aumente a eficiência econômica (ou seja, o potencial de crescimento do País) e melhore a distribuição de renda. Hoje vou tratar de outro possível objetivo de uma reforma tributária, que é a indução a boas práticas ambientais.

A literatura econômica mostra que é possível, e desejável, usar instrumentos tributários para onerar atividades com externalidades negativas (ou seja, aquelas em que o custo social seja maior que o custo privado, caso, por exemplo, de uma atividade poluidora) ou incentivar ações com impactos ambientais positivos.

Relativamente a outros países, o Brasil está em uma posição intermediária no uso de incentivos tributários para fins ambientais, mas usa relativamente pouco a tributação para penalizar atividades com externalidades negativas (ver a respeito The KPMG Green Tax Index 2013).

O único tributo brasileiro que parece ter uma finalidade ambiental é a Cide-Combustíveis. No entanto, a Cide-Combustíveis está longe de ser um imposto sobre a emissão de carbono, por vários motivos. Em primeiro lugar porque não incide sobre todos os combustíveis fósseis, mas apenas sobre a gasolina e o óleo diesel.

Em segundo lugar, porque sua alíquota tem sido gerida visando a estabilização dos preços de combustíveis ou a arrecadação, mas não o desestímulo ao consumo de combustíveis fósseis. Em terceiro lugar, porque a receita da Cide-Combustíveis tem destinações que podem ter impactos ambientais negativos, como a subvenção a preços de combustíveis fósseis e o financiamento de programas de infraestrutura de transporte, como o recapeamento de estradas, estimulando o uso de automóveis e caminhões.

É possível transformar a Cide- Combustíveis em um bom imposto sobre o carbono, ampliando sua incidência para todos os combustíveis fósseis, e corrigindo distorções na destinação de seus recursos. Uma mudança completa exigiria emenda constitucional, mas é possível introduzir aperfeiçoamentos através de legislação ordinária. Também seria possível ampliar a tributação do carbono no Brasil, como um instrumento adicional para o cumprimento das metas de reduções de emissões do País.

O mais importante é que, se a ampliação da receita com a tributação do carbono for compensada pela redução de tributos distorcidos, o impacto sobre a economia pode ser positivo.

Estudo desenvolvido pelo Instituto Escolhas, do qual participei (Taxação sobre carbono, competitividade e correção de distorções do sistema tributário: Impactos na economia brasileira), demonstrou que, se a criação de um imposto sobre o carbono no Brasil fosse compensada pela correção de distorções no PIS/Cofins, o impacto sobre o crescimento seria positivo.

Tal estudo demonstrou também que, feitas compensações adequadas, a tributação do carbono complementada pela correção de distorções no PIS/Cofins teria um efeito positivo sobre a competitividade da economia brasileira (a perda de competitividade é uma preocupação comum quando se discute a tributação do carbono). A tributação do carbono é apenas uma das possibilidades de uso de instrumentos tributários com fins ambientais.

Outras possibilidades são a tributação do descarte inadequado de resíduos sólidos e de atividades poluidoras. Também é possível utilizar instrumentos tributários como forma de indução à preservação de vegetação nativa em imóveis rurais. O Imposto Territorial Rural (ITR) pretende ter essa função, mas é extremamente ineficiente como indutor de boas práticas ambientais.

O ponto importante é que mudanças no sistema tributário que penalizem atividades ambientalmente nocivas, desde que compensadas pela redução de tributos distorcidos, podem ter um impacto positivo para o crescimento. É possível incluir objetivos ambientais no escopo da reforma tributária, sem comprometer os demais objetivos, de ampliar a eficiência econômica e reduzir as desigualdades sociais.

DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva

Título: Montadoras apostam em carro híbrido a etanol

Ainda distantes dos veículos elétricos, fabricantes locais cobram novo regime automotivo com redução de impostos para carros híbridos e elétricos.

Dispostas a mostrar ao mundo que o Brasil tem uma solução viável no curto prazo até que a eletrificação dos automóveis seja adotada em grande escala, montadoras locais farão novos testes com o uso do etanol como gerador de energia das baterias de modelos híbridos ou a célula a combustível. No dia 19, a Toyota iniciará viagem de São Paulo a Brasília com um Prius híbrido usando etanol no lugar da gasolina, que é o combustível da versão original importada do Japão.

O protótipo foi desenvolvido por engenheiros da empresa no País, que acompanharão o trajeto de mil quilômetros do teste. No segundo semestre, a Nissan trará de volta ao Brasil o utilitário- esportivo NV200 para nova etapa de testes. No inédito modelo, a célula combustível usa etanol misturado à água como gerador da eletricidade e rodou exclusivamente por ruas e estradas do País no ano passado.

“Ele foi enviado à matriz com os resultados da avaliação e sugestões de ajustes necessários e agora vai retornar para nova fase de testes”, informa o presidente da Nissan, Marco Silva. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, defende o etanol e o

biodiesel como solução mais eficiente e mais barata para o curto e médio prazos.

“No futuro, toda a propulsão será elétrica, mas precisamos avaliar como levar isso para dentro dos veículos”, diz o executivo, que ontem participou, em São Paulo, de evento promovido pela agência Autodata para discutir as tendências para o setor automotivo. Megale criticou a demora do governo brasileiro em aprovar o novo regime automotivo, chamado de Rota 2030, que inclui incentivos à pesquisa e desenvolvimento e, paralelamente, redução de impostos para carros elétricos e híbridos.

Opção.

“Se temos essa opção (de usar o etanol) é impensável que o governo não tenha essa possibilidade como prioridade”, diz Megale. “É um potencial que outras regiões do mundo não têm”, diz Megale. Tanto o Rota 2030 quanto uma medida provisória com redução do IPI para esses veículos são promessas feitas no ano passado e ainda não cumpridas pelo governo.

Na semana passada, integrantes do Planalto afirmaram que não há prazo para a adoção desses programas em razão de desavenças entre os Ministérios da Fazenda (contrário a incentivos) e o da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), que é favorável. O presidente da Bosch no Brasil, Besalier Botelho, ressalta que a empresa é muito ativa na Europa no desenvolvimento de tecnologias para os carros elétricos, mas afirma que iniciativas no País só serão avaliadas quando houver demanda.

“Criamos várias tecnologias com o uso do etanol, como a injeção eletrônica e o próprio motor flex”, lembra ele, para quem o Brasil pode ser um dos protagonistas globais no uso do combustível da cana em carros híbridos e a célula de combustível. Diz que, com a Argentina e demais países da América do Sul, a região teria “massa crítica” (produção) para fazer frente às novas tecnologias com soluções próprias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor:

Título: Moro condena empresário por propina de US\$ 868 mil

O empresário Mariano Marcondes Ferraz (foto) foi condenado ontem pelo juiz Sérgio Moro a 10 anos e 4 meses de prisão por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. O executivo da Decal do Brasil foi acusado pela força-tarefa da Lava

Jato de pagar propina de US\$ 868 mil ao ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa.

O executivo foi preso em 26 de outubro de 2016 e, algumas semanas depois, teve a custódia substituída por medidas cautelares, após pagamento de fiança de R\$ 3 milhões. Na sentença, o juiz manteve as cautelares, "sem a necessidade de imposição da prisão na fase de eventual apelação". O advogado Antonio Augusto Figueiredo Basto não quis se manifestar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: É a estupidez

Com alegações de segurança nacional, Trump anuncia que restringirá importações de aço e alumínio; há risco de uma escalada protecionista

Após meses de retórica protecionista, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, resolveu partir para a ação —infelizmente. Em recente reunião com empresários, anunciou que imporá em breve tarifas sobre as importações de aço e alumínio, medida que pode ser o primeiro tiro de uma guerra comercial em larga escala.

Houve pronta repercussão no Brasil, cujos embarques de aço ao mercado americano somaram US\$ 2,6 bilhões em 2017 (de US\$ 217,7 bilhões em exportações do país). Em dois dias, as principais siderúrgicas nacionais perderam R\$ 2 bilhões em valor de mercado.

O objetivo é assegurar que ao menos 80% da capacidade industrial dos EUA nesses segmentos possa se manter em uso, o que não vem ocorrendo por causa das compras de produto estrangeiro.

De forma mais ampla, trata-se de reduzir o déficit comercial americano —de cerca de US\$ 800 bilhões anuais, o maior do mundo em valores absolutos.

Baseada em considerações de segurança nacional (produção de equipamento militar), a recomendação do Departamento de Comércio, que tende a ser seguida por Trump, é estabelecer cotas ou taxar as importações de aço e alumínio em 25% e 10%, respectivamente.

Não está claro se todos os países estariam sujeitos às mesmas restrições. O mesmo documento listou os principais vendedores para os EUA, entre os quais estão, entre outros, Brasil, China e Índia.

A ofensiva estúpida pode desencadear retaliações em série dos parceiros comerciais e retrain o volume de comércio internacional, com prejuízo generalizado.

Nem mesmo parecem claros os benefícios mais imediatos à economia americana. Outros compradores desses insumos, como os fabricantes de automóveis, perdem competitividade e empregos. O risco de inflação e juros mais altos também se torna crescente.

O republicano se move para agradar a sua base eleitoral antes das eleições legislativas de outubro, especialmente nos estados associados à velha base industrial do país. Nesse sentido, é até plausível que Trump se contente com uma ou outra providência pontual.

Tudo indica, porém, que a escalada protecionista vai continuar, com foco na China. Está em curso uma investigação com potencial mais amplo, relacionada às práticas chinesas para ganhar acesso à propriedade intelectual.

Se a restrição ao aço e ao alumínio —que representam parcela ínfima das compras americanas— já pode enfraquecer os mecanismos multilaterais de negociação comercial, um conflito aberto das duas maiores potências na área tecnológica teria impactos desastrosos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Hestelita Hass Carazzai

Título: Sobretaxa de Trump divide republicanos

Nem dentro do próprio partido ou governo o presidente Donald Trump encontrou apoio unânime às tarifas sobre o aço e o alumínio exportados aos EUA, anunciadas por ele na semana passada e que têm o potencial de provocar uma guerra comercial mundial.

Membros do Partido Republicano, tradicional defensor do livre-comércio, vieram a público para se opor ao anúncio e tentar demover o presidente da ideia, que ainda não foi oficializada.

Nesta segunda (5), o racha se intensificou com os comentários do presidente da Câmara, Paul Ryan, que afirmou estar preocupado com as consequências de uma guerra comercial, e urgiu a Casa Branca a não levar a proposta adiante.

“Estou pedindo a ele que limite a proposta, exclua alguns produtos”, afirmou o deputado republicano Kevin Brady, presidente de um comitê da Câmara que avalia a política comercial americana. “Eu não estou muito satisfeito”, comentou o senador Pat Roberts, do Kansas, estado de base agrícola e que teme represálias aos produtores dos EUA.

Trump tem autonomia para impor as tarifas: normalmente, elas são uma prerrogativa do Legislativo, mas nesse caso foram fundamentadas na proteção da segurança nacional dos EUA. Por isso, cabem exclusivamente ao presidente, conforme estabelece uma lei aprovada em 1962, em plena Guerra Fria.

Líderes republicanos fizeram correr um abaixo-assinado na Câmara, pedindo que as tarifas se apliquem apenas a produtos que caracterizem concorrência desleal, e não a toda a importação de aço ou alumínio.

É esse também o pleito do Brasil, segundo maior exportador de aço aos EUA, que ainda tenta negociar exceções à medida.

Os EUA são o maior importador de aço do mundo e um dos maiores de alumínio. A maior parte do material alimenta as fábricas do país, como no setor de petróleo e automotivo.

Uma das primeiras medidas do governo Trump foi a retirada dos EUA da Parceria Transpacífico; depois deixou acordo de Paris para o Clima, Unesco e o pacto mundial da ONU para refugiados. Uma das primeiras polêmicas de Trump foi dizer que sua posse (esq.) teve mais gente que na de Barack Obama (dir.). Outra polêmica do presidente dos EUA foram contatos de sua campanha com o governo russo e as armações de Moscou para atrapalhar a candidatura de Hillary Clinton.

Donald Trump durante discurso em janeiro, nos EUA. Rejeitar e substituir o Obamacare, a reforma do sistema de saúde implantado por Obama, uma das promessas de campanha de Trump, também não vingou. O veto anti-imigração, uma das primeiras medidas após sua posse, gerou manifestações contrárias e continua mergulhado em pendenga jurídica. A construção do muro que separaria os EUA do México, outra proposta de campanha, também não vingou; na foto, protótipos da construção. Em dezembro, o Congresso aprovou a redução de impostos proposta por Trump, que reduz substancialmente impostos dos mais ricos e pode aumentar as taxas pagas pelas classes média e baixa.

Uma das primeiras medidas do governo Trump foi a retirada dos EUA da Parceria Transpacífico; depois deixou acordo de Paris para o Clima, Unesco e o pacto mundial da ONU para refugiados. Saul Loeb/AFP

CONTROVÉRSIA

Trump anunciou as tarifas bem ao seu estilo: de improviso, surpreendendo a equipe, em resposta à pergunta de um repórter ao final de uma reunião com empresários americanos, na quinta (1º).

“Serão de quanto?”, perguntou um repórter. “25% para aço e 10% para alumínio. E vai ser por um bom período de tempo”, afirmou Trump, para em seguida encerrar o evento. Os detalhes ainda estão em elaboração e podem ser anunciados nesta semana, mas não há data marcada.

Parte da equipe econômica do presidente se opunha à medida, e vinha tentando demovê-lo da ideia.

Mas Trump, eleito com a promessa de colocar a América em primeiro lugar, afirmou que iria recuperar as indústrias americanas de aço e alumínio, que hoje concorrem com o produto importado. Para ele, as tarifas irão gerar empregos no setor, que emprega boa fatia de seu eleitorado.

O Departamento de Comércio argumenta que a medida está relacionada à segurança nacional, por proteger o fornecimento de insumos essenciais à área de defesa.

A preocupação dos republicanos, porém, é que as tarifas causem retaliações comerciais de outros países, com a imposição de alíquotas sobre produtos norte-americanos, além de encarecer o custo de produção de indústrias dos EUA, que não têm autossuficiência nesses insumos e dependem da matéria-prima importada.

Trump não deu demonstrações de que pretende mudar de opinião. Nesta segunda, ele afirmou que não irá voltar atrás.

Mas o secretário do Comércio, Wilbur Ross, expressou a incerteza do momento em entrevista neste domingo (4). “Ele disse o que ele disse. Se disser algo diferente, será algo diferente.”

Sobre os comentários dos líderes republicanos, a Casa Branca informou que nem sempre é preciso concordar em tudo, e que o presidente fará o que for preciso para proteger os trabalhadores americanos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: ANTONIO JOSINO MEIRELLES NETO ESPECIAL PARA A FOLHA

Título: Brasil precisa modernizar estratégias de ação em Washington

Donald Trump acaba de anunciar que taxará todo o aço e o alumínio importados pelos Estados Unidos. A medida é um golpe de bilhões de dólares nas exportações do Brasil. Esta não é a única guinada comercial de Trump: seu governo transformou as relações comerciais no mundo para pior.

Em questões comerciais, a Casa Branca é imprevisível. Por isso, o gasto com lobby, que ultrapassa US\$ 3,2 bilhões por ano, registra seus picos mais altos. Mais de 80 start-ups de lobby surgiram, lideradas por ex-assessores de campanha ou pessoas da confiança de Trump que aterrissaram em Washington.

O setor privado adaptou-se à nova cena: alguns lobbies passaram a apoiar a renegociação do Nafta —acordo de livre-comércio na América do Norte— proposta por Trump e as reformas econômicas, tirando vantagens.

Até o empresariado moderninho do Vale do Silício, base dos democratas, reconquistou espaço no Salão Oval.

O destaque é a Argentina. Com sua mensagem bem disciplinada de abertura, o governo Macri ganhou espaço político sem precedentes na Casa Branca e até recebeu apoio na sua candidatura à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O Brasil ficou para trás. Em 2017, o governo Temer retomou uma agenda intensa com Washington, mas os percalços vividos pela política e pela economia criam barreiras e limites à ação governamental. Em tempos como esses, o setor privado brasileiro deveria tomar a dianteira.

O empresariado brasileiro continua a delegar boa parte de sua atuação e influência internacional ao governo.

A virada para a atuação externa do setor privado brasileiro deveria focar em sua importante contribuição como investidor estrangeiro na economia americana.

Dentre os emergentes, o Brasil é o segundo maior gerador de empregos nos Estados Unidos, e tem mais de 40 grandes multinacionais investindo em mais de 150 distritos eleitorais americanos — quase um terço do Congresso americano.

A era dos eventos de “autopromoção” institucional ou agendas setoriais muito específicas precisa ficar para atrás, pois não ressoa no ambiente político extremamente competitivo de Washington.

As empresas brasileiras têm de começar a participar efetivamente das centenas de grupos consultivos e das associações de classe em Washington. Assim como

as empresas americanas fazem no Brasil há décadas, nossas empresas tem de se envolver na formulação de políticas públicas americanas de forma direta.

Sem modernizar sua estratégia de ação em Washington, as empresas brasileiras perderão mercado no novo mundo da política comercial americana.

O aço é só o começo do que vem pela frente.

ANTONIO JOSINO MEIRELLES NETO é mestre em comércio internacional e ex-diretor-executivo do Brazil Industries Coalition, em Washington, D.C.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Estatal do pré-sal fecha a primeira venda

PPSA não divulgou o valor do negócio, mas presidente da empresa disse que contrato oscila em R\$ 100 milhões

Negócio está atrelado à produção do campo de Mero, que é parte do primeiro contrato de partilha do governo

A estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) concluiu nesta segunda (5) a primeira venda de petróleo da União em contratos do pré-sal. A Petrobras comprou 500 mil barris de óleo extraído do campo de Mero, na área de Libra, na Bacia de Santos.

A PP SA não informou o valor de venda, alegando questões contratuais. O presidente da estatal, Ibsen Flores, disse apenas que o contrato é de cerca de R\$ 100 milhões —o que daria algo em torno de US\$ 61 por barril, ao câmbio desta segunda.

O campo de Mero é parte do primeiro contrato de partilha da produção licitado pelo governo. Criado pela chamada Lei do Pré-Sal, de 2010, esse tipo de contrato dá à União uma parcela da produção do petróleo, depois de descontados os custos, chamado de óleo-lucro.

Licitada em 2013, a área de Libra foi arrematada por consórcio liderado pela Petrobras, que foi o único competidor do leilão e ofereceu ao governo 41,65% do óleo-lucro. A produção de Mero teve início em novembro de 2017.

O presidente da PPSA informou que a primeira venda foi feita por meio de consulta a oito petroleiras que têm estrutura logística para retirar petróleo em plataformas no Brasil. O melhor preço foi oferecido pela Petrobras.

A PPSA planeja uma segunda venda nesse modelo em até 30 dias, também de 500 mil barris. Depois disso, pretende realizar um leilão para contratos suprimento de longo prazo.

“(A consulta) foi o processo viável neste momento, já que temos cargas de curto prazo para retirar”, defendeu Flores. Com contratos anuais, ele espera atrair mais interessados pelo petróleo da União no pré-sal.

CRÍTICAS

O modelo de venda de petróleo pela União recebeu críticas quando pelas dificuldades impostas a uma estatal sem estrutura logística para movimentar as cargas e conseguir melhores preços.

O petróleo é retirado das plataformas em navios especiais, com tecnologia de posicionamento via GPS, e depois transferidos a grandes petroleiros para viagens internacionais. No Brasil, apenas os produtores de petróleo realizam este tipo de operação. “Com mais prazo, (outros interessados) poderão trazer estrutura logística para o Brasil”, disse Flores.

Além de petroleiras, a empresa espera atrair tradings especializadas no comércio de petróleo. A expectativa é que o primeiro leilão seja realizado no segundo semestre.

Segundo a lei, todo o dinheiro arrecadado com a venda do petróleo da União deve ser destinado ao Fundo Social, também criado pela Lei do Pré-Sal, com o objetivo de constituir poupança pública e oferecer recursos para programas de desenvolvimento social e regional.

Além da área de Libra, a PPSA tem sob sua gestão os contratos de partilha de seis áreas do pré-sal licitadas pelo governo em 2017, mas ainda não em operação.

A estatal é responsável também por vender parcela da produção dos campos de Lula e Sapinhoá, os dois maiores produtores do país, cujos reservatórios se estendem para além das áreas concedidas pelo governo.

Em seu relatório de 2016, PPSA informou que a União já tinha direito a 11,6 milhões de barris dessas áreas —o que representa uma receita de cerca de R\$ 2,3 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Gás usado em comércio e indústria cai 4,2%**

A Petrobras reduziu em 4,2% o preço do gás de cozinha vendido em grandes vasilhames ou a granel, mais usados por clientes comerciais e industriais. O reajuste não vale para o botijão de 13 quilos, vendido para residências.

Foi o terceiro corte seguido no preço do produto, que é reajustado uma vez por mês. Após altas seguidas em 2017, o gás para comércio e indústria já acumula queda de 14,4% em 2018.

Desde 2003, a estatal pratica preços diferentes para o gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de cozinha), de acordo com o tipo de consumidor: o gás envasado em botijões de 13 quilos é mais barato do que o destinado a vasilhames maiores ou a vendas a granel.

Em janeiro, diante de críticas sobre a alta elevada nos preços do gás residencial, a estatal anunciou revisão em sua política de preços, com o objetivo de reduzir os impactos de volatilidades no mercado internacional.

A partir da revisão, os ajustes no gás voltado a botijões de 13 quilos passaram a ser trimestrais.

Em 2017, ano em que a estatal promoveu mudança na política de preços do GLP, acompanhando mais de perto o mercado internacional, o preço do botijão teve a maior alta desde 2002.

Nas revendas o botijão subiu 16,39% com relação ao fim de 2016, já descontando a inflação. Seis semanas após o primeiro corte de 2018, porém, ainda não houve repasse ao preço final.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor:****Título: Retaliação aos EUA pode causar recessão, diz OMC**

O Brasil se uniu a um grupo de outros 37 países para protestar ontem, na Organização Mundial do Comércio, contra os planos do governo de Donald Trump de impor novas tarifas contra a importação de aço. Diplomatas brasileiros, assim como todas as demais nações, fizeram um “pedido” para que

a Casa Branca desista de sua decisão, sob o risco de fazer eclodir respostas e retaliações com “sérias consequências”. A pressão foi solenemente ignorada pelos americanos nas reuniões diplomáticas, que simplesmente não tocaram no assunto das barreiras e preferiram falar de pesca e outros temas marginais.

Em entrevista na Casa Branca, Trump negou que haja qualquer projeto alternativo à imposição das tarifas de importação de aço e alumínio. “Nós não vamos desistir do plano”, afirmou. O presidente dos EUA disse também que não acredita que a medida de tarifação de importação vai gerar uma guerra comercial.

Num alerta atípico, a direção da OMC apontou que, se o mundo optar por aplicar tarifas e retaliações, a economia global corre o risco de entrar em uma “recessão profunda”. Não por acaso, os esforços nos bastidores estão sendo para tentar impedir que o presidente dos EUA vá adiante com o plano.

Na semana passada, Trump indicou que planeja elevar a tarifa de importação de aço e alumínio em 10% e 25%. O que ainda preocupa é que, para justificar o protecionismo, a Casa Branca alegou motivos de segurança nacional. O anúncio levou vários governos a alertar sobre uma eventual retaliação, inclusive com a decisão da Europa de aplicar respostas contra produtos de alto perfil dos EUA avaliados em 3,5 bilhões de euros.

Por enquanto, a queixa dos governos não ocorre na forma de uma disputa comercial nos tribunais da entidade. Mas governos de todo o mundo aproveitaram uma reunião em Genebra para alertar o governo americano sobre os riscos da decisão que estão prestes a tomar e para fazer ameaças.

Ontem, a União Europeia voltou a fazer a advertência. A UE não hesitou em fazer ameaças. Se tal proposta for adiante, a UE deixou claro que vai adotar medidas que “não interessariam a ninguém”. Bruxelas, nos bastidores, indicou ainda que vai iniciar consultas para tentar organizar uma queixa comum entre os principais países contra os EUA.

Retaliações

As ameaças também vieram do Canadá, o maior parceiro comercial americano. Ottawa alertou que a decisão é “inaceitável” e que responderá com medidas para “defender seus trabalhadores”. A China foi ainda mais explícita. “Todos sentimos o cheiro de uma guerra comercial”, alertou. Pequim indicou que apenas os tribunais da OMC poderiam impedir “retaliações terríveis”. O problema, segundo os chineses, é que esses tribunais estão minados por uma recusa justamente do governo americano em aceitar a nomeação de novos juízes.

Diante da paralisação dos tribunais de sua organização e do risco de uma proliferação de medidas protecionistas, o brasileiro Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC, tomou a palavra para alertar os governos sobre o impacto negativo que uma guerra comercial teria. “Uma vez que entremos nesse caminho, será muito difícil reverter a direção”, disse Azevedo. “Olho por olho deixará todos nós cegos e o mundo em uma profunda recessão”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Amauri Segalla

Título: A energia do turismo na Usina de Itaipu

Mercado S/A

Maior hidrelétrica do mundo em geração de energia, a Usina de Itaipu quer aumentar as fontes de receita. A empresa binacional – meio brasileira, meio paraguaia – tentará fazer com que o faturamento gerado pelo turismo cubra as despesas de manutenção e ajude nos investimentos em novos projetos, como a produção de carros elétricos. A estratégia prevê o lançamento de campanhas publicitárias. Nesta semana, o site de Itaipu começará a vender ingressos para a hidrelétrica e visita às Cataratas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Bacia de Santos pode superar produção de petróleo de Campos nos próximos meses

A Bacia de Santos pode ultrapassar a Bacia de Campos e se tornar a maior produtora de petróleo do país nos próximos meses. A Bacia de Santos, onde estará localizada a maioria dos novos navios-plataforma previstos, e onde haverá o maior número de poços produtores interligados nos próximos anos, registrou a produção de 1,205 milhão de barris/ dia de petróleo em janeiro, crescimento de 2,46% em relação a dezembro de 2017, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Na mesma comparação, Campos registrou queda de 1,88% na produção de petróleo, totalizando 1,252 milhão de barris/dia em janeiro. A bacia respondeu por 48% da produção nacional de petróleo no mês. Santos ficou com 46%.

Se as mesmas taxas de variação forem mantidas em fevereiro, em relação a janeiro, a produção de óleo na Bacia de Santos (1,234 milhão de barris/dia) ultrapassaria pela primeira vez a da Bacia de Campos (1,228 milhão).

Considerando também o gás natural, a produção da Bacia de Santos já é superior à de Campos. Em janeiro, a produção total em Santos alcançou 1,566 milhão de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), com crescimento de 3,1% em relação a dezembro de 2017. Na mesma comparação, a produção de óleo e gás na Bacia de Campos recuou 2,12%, para 1,399 milhão de boe/d.

Segundo a ANP, a produção total de petróleo do país foi de 2,615 milhões de barris/dia em janeiro, 0,1% superior na comparação com dezembro do ano passado, mas 2,7% menor ante janeiro de 2017. A produção brasileira de gás natural totalizou 112 milhões de metros cúbicos por dia em janeiro, redução de 0,84% ante o mês anterior, mas 2,3% acima quando comparada com igual mês de 2017.

A produção de óleo e gás no pré-sal manteve a trajetória de crescimento e atingiu 1,723 milhão de boe/d, em janeiro, volume 2,26% superior ao de dezembro de 2017. Com este desempenho, a produção no pré-sal correspondeu a 51,9% do total produzido no Brasil, com 1,381 milhão de barris de petróleo por dia e 54 milhões de metros cúbicos diários de gás natural por meio de 85 poços.

O aproveitamento de gás natural no Brasil no mês de janeiro alcançou 96,4% do volume total produzido. Foram disponibilizados ao mercado 65,5 milhões de metros cúbicos por dia. A agência informou ainda que a queima de gás, em janeiro, totalizou 4 milhões de metros cúbicos por dia, um aumento de 4% se comparada ao mês anterior e redução de 6,2% em relação ao mesmo mês em 2017.

Ao detalhar a produção de janeiro, a ANP informou que o campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural. Produziu, em média, 842 mil barris/dia de petróleo e 35,4 milhões de metros cúbicos diários de gás natural.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: União vende pela primeira vez óleo de contrato de partilha

A Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) comercializou 500 mil barris de petróleo produzidos no campo de Mero (antigo Libra, na Bacia de Santos) e a

compradora foi a Petrobras. Essa foi a primeira venda de petróleo da União em uma área regida por um contrato de partilha de produção.

O presidente da PPSA, Ibsen Flores, diz que o valor do contrato é confidencial por força de um contrato com a compradora, mas que o objetivo foi maximizar o resultado da União e que o objetivo será sempre optar pela venda por meio de leilões para os números sejam "abertos e transparentes".

Enquanto essa modalidade de venda não acontece, Flores dá uma pista do valor da venda da primeira parcela de petróleo da União no pré-sal citando um valor próximo de R\$ 100 milhões. Essa, segundo ele, é a base nos valores médios do preço de referência da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de janeiro. A maior clareza sobre o processo de venda, segundo Flores, virá quando o petróleo da União for vendido em leilões na bolsa "em que esses números serão abertos e transparentes".

Gestora dos contratos de partilha, a PPSA informou ainda que os 500 mil barris se referem a duas cargas do navio-plataforma Pioneiro de Libra, com previsão de retirada para março e abril de 2018. Segundo a PPSA, nessa primeira operação de venda a carga foi oferecida para empresas do setor, com capacidade logística para buscar o petróleo. Flores menciona, além da Petrobras, as empresas Shell, Total, Repsol, Statoil, Petrogal e as chinesas CNPC e CNOOC entre as que foram procuradas.

"Algumas empresas responderam, algumas dando preço e outras declinando por não terem possibilidade de retirar [o petróleo] no período estipulado", explicou Flores, esclarecendo que outras empresas além da Petrobras fizeram cotação.

A expectativa da PPSA é que sejam vendidos outros 500 mil barris de Mero até junho, e no segundo semestre mais 1 milhão de barris de petróleo extraídos dos campos de Lula e Sapinhoá, também operados pela Petrobras. Se essas previsões se confirmarem, a União terá direito à produção de 2 milhões de barris de petróleo do pré-sal. O governo já prevê a arrecadação de R\$ 1 bilhão com a comercialização desse petróleo.

O campo de Sapinhoá já tem um acordo de individualização da produção, mas ele está sendo revisado para incluir a área fora do bloco original que estava sob controle da União e foi adquirida no ano passado pelo mesmo consórcio que já explorava o campo (Petrobras, Repsol e Shell).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Sarah Kent e Timothy Puko | Dow Jones Newswires****Título: EUA serão maior produtor de petróleo até 2023**

Os Estados Unidos vão superar a Rússia e se tornar o maior produtor de petróleo do mundo até 2023, respondendo pela maior parte do crescimento global da oferta de petróleo, disse a Agência Internacional de Energia (AIE).

A produção americana deverá atingir o recorde de 12,1 milhões de barris/dia em 2023, cerca de 2 milhões de barris/dia a mais em relação à produção deste ano, disse a AIE. Hoje a Rússia é o principal produtor mundial, com 11 milhões de barris/dia.

"A mensagem mais importante é que o crescimento da oferta não oriunda da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) está muito, muito forte, liderado pelos EUA e também pelo Brasil, Canadá e Noruega", disse Fatih Birol, diretor-executivo da AIE durante a conferência CERAWEEK, sobre energia em Houston.

A previsão de cinco anos da AIE mostra que os EUA avançarão mais em seu boom de petróleo e gás, beneficiados pelos avanços tecnológicos, maior eficiência e uma recuperação frágil dos preços do petróleo que está encorajando as companhias exploradoras de xisto betuminoso a acelerar a produção.

Dos 6,4 milhões de novos barris de petróleo que serão bombeados entre hoje e 2023, quase 60% virão dos EUA, disse a AIE.

A influência americana sobre os mercados globais de petróleo também deverá aumentar, com as exportações dos EUA mais que dobrando para 4,9 milhões de barris/dia até 2023, segundo a AIE. Até 2015, os EUA não exportavam petróleo, mas em cinco anos o país deverá estar entre os maiores exportadores do mundo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires e Guilherme Villani****Título: Crescimento econômico com insegurança energética**

Em 2018 o Brasil iniciará um ciclo de crescimento econômico com o velho problema da insegurança energética. O país que construiu as maiores

hidrelétricas do mundo e possui as maiores vantagens comparativas nas energias renováveis ainda busca um modelo regulatório e de planejamento no setor elétrico que afaste de vez as crises.

A energia contínua e disponível graças às usinas hidrelétricas com reservatórios construídas durante os anos 70 e 80, aliado a uma abundante e regular pluviometria, ficou para trás. A bacia do Rio São Francisco, responsável por 20% da capacidade de armazenamento de energia hidráulica sofre há mais de uma década com pluviometrias muito abaixo da média histórica e exaustão dos mananciais pela atividade humana.

As bacias do Rio Tocantins e Xingu (Norte) dão sinais de que não são mais o "reloginho" do sistema, com chuvas na quantidade e hora certa. Ali se situam as maiores hidrelétricas 100% nacionais - UHE Tucuruí e Belo Monte. As principais bacias do Sudeste - Paranaíba e Grande - também apresentam vazões recentes abaixo da média histórica.

Também foram cometidos equívocos no planejamento da contratação de novas fontes de energia elétrica. A opção dos governos petistas foi usinas hidrelétricas a fio d'água - com "combustível barato", contudo intermitente - e usinas térmicas a óleo - com combustível caro e poluente.

O erro de contratação pode ter sido o motivo da origem de outro, ainda mais grave. A operação do sistema elétrico por parte do ONS entre 2010 e 2014 é questionável. Os dados do ONS mostram que se gastou mais água dos reservatórios do que poderíamos com graves consequências à gestão de reservas e na manutenção de vazão mínima para a operação da Hidrovia Tietê-Paraná.

Geradores e grandes consumidores, cientes desta arbitrariedade, judicializaram a questão para evitar perdas financeiras dos erros operacionais cometidos.

Aparentemente em 2018 o erro se repete com o ONS turbinando as poucas reservas dos reservatórios, com o falso argumento de ajudar a resolver a questão do GSF. Como as afluições dos rios ainda são baixas, provavelmente em abril ou maio será obrigado a ligar todas as térmicas mais caras do sistema. Ou seja, a história se repete e a solução definitiva nunca aparece.

Com a retomada da atividade econômica em 2018, acabou o alívio da retração da demanda ocasionada pela mais grave crise econômica que o país passou - 2015 e 2016. Aliás, nesses dois anos evitamos um racionamento de energia devido exatamente a essa crise econômica e ao tarifaço de 2015.

Chegou a hora de o país enfrentar a realidade: precisamos de um modelo que sustente sucessivos anos de crescimento econômico sem sustos inflacionários

nos preços da energia elétrica e sem margem para dúvidas quanto à capacidade de assegurarmos o suprimento.

Os riscos atuais ou afastam o investimento ou aumentam as taxas de retorno dos empreendimentos

A contratação de oferta de longo prazo sempre foi realizada pelo Mercado Cativo - o das distribuidoras regionais com seus consumidores residenciais, comerciais e industriais pequenos e médios. Desde 1995 os grandes e médios consumidores industriais e comerciais podem fazer sua gestão de contratação de energia no Mercado Livre, contratando o prazo e preço aproveitando-se da enorme volatilidade de preços ocasionados pelo excesso de chuvas ou pelas retrações de demanda ocasionadas por crises econômicas. É preciso democratizar o acesso ao mercado livre que ficou estagnado desde que foi implantado, permitindo que todos os consumidores tenham direito de fazer a gestão que representem a realidade do mercado.

No campo do planejamento, há uma evidente necessidade de reavaliação da expansão do parque gerador brasileiro. Isso incluiu reconhecer que os finitos reservatórios são cada vez menos capazes de garantir o suprimento no período seco, e, portanto, cada vez menos estratégicos.

A diversificação geográfica e das fontes do parque gerador é absolutamente necessária, inclusive com fontes térmicas seguras e menos custosas. O uso de térmicas a gás natural na base do sistema é uma opção segura e de baixo impacto ambiental para a garantia de segurança energética que antes era feita pelas hidrelétricas com reservatório.

A expansão em massa da geração solar distribuída para aproveitarmos o enorme potencial do país e a contratação de fontes eólicas e da biomassa são alternativas urgentes, não apenas elogiáveis do ponto de vista ambiental, mas da própria necessidade de diversificação de riscos. E para atrair investidores precisamos de um modelo regulatório com risco-retorno adequado.

Atualmente são os leilões de transmissão de energia que mais atraem investidores por conta dos baixos riscos envolvidos. O empreendedor assume o risco de construção, e uma vez concluídas as torres de transmissão, ele tem a tarifa para mantê-las em operação. Para tal ele recebe uma remuneração anual definida no momento do leilão. Simples.

O mesmo não ocorre na geração e na distribuição. Na geração, uma vez construída a usina, o empreendedor é obrigado a assumir riscos que não pertencem ao seu negócio. Na distribuição o modelo atual concentra o risco de inadimplência de todo o serviço envolvido - geração, transmissão e distribuição

- nessas empresas, obrigadas a assumir estes riscos para 100% do mercado cativo. Os riscos atuais ou afastam o investimento ou aumentam as taxas de retorno (e preços) do empreendimento.

Diante de novas e infundáveis discussões sobre os rumos do setor elétrico no Brasil, nos resta perguntar como meros pagadores da conta, seja na conta de luz ou nos produtos e serviços consumidos: quem garantirá a contratação de longo prazo? Teremos eletricidade contínua e disponível a preços estáveis?

São as respostas a estas perguntas que precisam ser debatidas no Congresso Nacional nesse momento onde o governo de forma oportuna e corajosa apresentará as sugestões de mudanças para esse modelo que há muito tempo deixou de responder às necessidades e a realidade da matriz elétrica brasileira.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE)

Guilherme Villani é administrador com pós- graduação em finanças pela Fipecafi

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Grupo de importadores acionam Cade contra conduta da Petrobras

Um grupo de nove empresas acusa a Petrobras de adotar "condutas anticoncorrenciais" que têm dificultado o avanço de combustíveis importados no mercado doméstico e acionou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra a estatal. Em representação apresentada ao órgão antitruste e obtida pelo **Valor**, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) argumenta que a petroleira retomou a prática de preços abaixo da paridade internacional na venda de gasolina e diesel, como forma de eliminar concorrentes e impedir a entrada de novos fornecedores no país.

No documento, a entidade pede a instauração imediata de inquérito para apurar a existência de supostas infrações à ordem econômica e a aplicação de medida preventiva para que a Petrobras se abstenha de praticar preços em "caráter predatório". A petição foi preparada pela GO Associados, do economista Gesner de Oliveira, ex-presidente do Cade.

Até meados de 2015, a Petrobras vinha usando sua política comercial como tentativa de ajudar no combate à inflação. Desde então, o intervencionismo na estatal foi sendo reduzido e os preços foram se alinhando ao mercado internacional. No ano passado, o ajuste no valor da gasolina e do diesel

vendidos na refinaria às distribuidoras tornou-se diário. O objetivo é retratar mais fielmente as variações na cotação do petróleo e na taxa de câmbio.

Segundo a Abicom, a estatal chegou a vender combustível abaixo da paridade internacional em até R\$ 0,10 por litro

Devido à nova política de preços, a importação de combustíveis ficou viabilizada. A entrada de derivados aumentou 63% em 2017. De julho a setembro, primeiro trimestre em que a Petrobras implantou reajustes diários nas refinarias, sua participação no volume de diesel consumido no país caiu de 76% para 73%.

O presidente-executivo da Abicom, Sérgio Araújo, sustenta que a estatal voltou a subsidiar os combustíveis "em alguns momentos e em algumas localidades" diante do avanço da gasolina e do diesel importados. Segundo ele, a Petrobras chegou a vender combustível abaixo da paridade internacional em até R\$ 0,10 por litro às distribuidoras. Isso seria suficiente para afastar os importadores. Teria havido episódios em Estados como Amazonas, Maranhão, Pernambuco e São Paulo.

"São evidências de abuso do poder de mercado da Petrobras em relação aos importadores, que podem resultar em prejuízo à concorrência e redução do bem-estar social", diz a representação ao Cade. Pede-se, então, o enquadramento da petroleira em dois trechos da Lei 12.529 de 2011 (responsável pela estruturação do sistema de defesa da concorrência): busca e obtenção de posição predominante em mercado relevante com finalidade anticoncorrencial; e condutas para eliminar concorrentes e impedir a entrada de novas empresas no mercado.

A entidade, com nove associadas, representa 70% das importações e 20% de combustíveis que é ofertado no país

Fontes ligadas à Petrobras consideram absurda a acusação dos importadores. Lembrando que as compras externas de gasolina e diesel crescem há três anos, rebatem afirmando que a nova política de preços torna a competição mais acirrada e pode vir daí a insatisfação das demais empresas. Como a margem da estatal é ajustada todos os dias, elas não conseguem importar com a mesma previsibilidade de quando o preço variava apenas uma vez por mês e têm que arriscar mais.

Por um lado, segundo essa fonte, a Petrobras perdeu participação nas vendas. Por outro, os importadores têm menos espaço para arbitrar preços e só vão ficar no mercado aqueles que atuam com competência. A petroleira não se pronunciou oficialmente.

Araújo, dirigente da Abicom, reconhece os avanços de suas associadas no mercado. Mas adverte que essa suposta conduta da Petrobras impede um crescimento maior e pode afastar subitamente algumas concorrentes. A entidade representa hoje 70% do volume importado e 20% de tudo o que é ofertado em combustíveis no país. Tem nove integrantes: BCI, Ciapetro Trading, Êxito, Greenergy, Mercuria, Petro Energia, Sulplata, TMP e Tricon.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Justiça nega ação da Hydro

O desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, do Tribunal de Justiça do Pará, indeferiu ontem pedido de liminar da mineradora Hydro Alunorte para retomar as atividades da empresa, que estão parcialmente suspensas desde semana passada, informou a Agência Brasil. A Hydro teve que reduzir a sua produção em 50% após decisão em primeira instância do juiz Iran Ferreira Sampaio, da comarca de Barcarena, que considerou a empresa incapaz de garantir a drenagem industrial de toda a água de rejeitos que se acumula para a produção de alumina. O Ibama multou a empresa na semana passada em R\$ 20 milhões.

Sete Brasil adia reunião

A Assembleia Geral de Credores da Sete Brasil, que ocorreria ontem no Rio, foi suspensa por 60 dias. Os credores voltarão a se reunir em 7 de maio. Na semana passada, a Petrobras aprovou os termos de um acordo com a Sete Brasil dentro da mediação feitas pelas duas companhias. A estatal aceitou contratar quatro sondas pelo período de dez anos e afretamento de US\$ 299 mil ao dia para cada sonda. O adiamento ocorreu porque a Sete Brasil precisa de mais tempo para adequar o plano de recuperação judicial, que seria apresentado ontem aos credores, às novas condições definidas pela Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Para tornar Cesp atrativa, SP assume riscos

O governo de São Paulo avalia melhorar as condições de venda da Cesp, a fim de atrair mais compradores e conseguir um ágio em relação ao preço mínimo,

que certamente será menor do que os R\$ 16,80 por ação calculado no ano passado, apurou o **Valor**. A ideia é compartilhar alguns riscos relevantes e também eventuais ganhos com indenizações com o futuro comprador, garantindo que a quarta tentativa de privatização da estatal paulista seja bem sucedida.

Uma das mudanças consideradas em relação ao edital anterior seria o governo compartilhar com o comprador de Cesp os possíveis ganhos das indenizações controversas pleiteadas pela companhia, hoje na casa de R\$ 10 bilhões, junto à União. Caso esses recursos se concretizem no futuro, o novo dono da Cesp teria direito à uma parte - a outra ficaria com os atuais sócios (o governo paulista e os minoritários).

Ao mesmo tempo, o governo paulista também deve compartilhar com o comprador da companhia os riscos referentes a diversos passivos não provisionados, que somavam R\$ 9,4 bilhões em setembro, e se referem à ações na Justiça.

Ao compartilhar os riscos, o governo pode conseguir atrair mais investidores para o leilão de privatização, garantindo um preço maior, por meio do ágio.

Edital do leilão deve ser publicado até o início de abril, permitindo que venda aconteça entre 60 e 90 dias depois

A outra alternativa seria vender a Cesp com todos os passivos e as indenizações controversas. Caberia ao comprador brigar com a União para receber os montantes pleiteados, e também prosseguir nas ações judiciais para minimizar as perdas. Na visão de envolvidos na modelagem, seria uma opção mais segura para o governo de São Paulo, mas, ao mesmo tempo, não favorece uma competição acirrada pela empresa.

De qualquer forma, o preço por ação deve ser revisto para baixo, sempre com o objetivo de atrair mais investidores para o leilão.

Ambos os cenários considerados pelo governo de São Paulo representariam grandes mudanças em relação ao modelo de venda da Cesp proposto no ano passado. O desenho anterior previa que a totalidade das indenizações controversas, caso fossem pagas, teriam como destino os atuais sócios da companhia. Já os passivos seriam de total responsabilidade do novo controlador da empresa.

Esse foi um dos motivos que afastou investidores do leilão marcado inicialmente para setembro do ano passado, e que foi cancelado pela falta de interessados.

A outra mudança no edital será a prorrogação da concessão do principal ativo da Cesp, a hidrelétrica de Porto Primavera, por mais 20 anos. Atualmente, a concessão expira em 2028. A União deve dar um novo contrato de concessão para a usina, com vencimento em 2048.

A União publicou um decreto permitindo a renovação das concessões no caso de privatizações. Em troca pela concessão, será cobrada uma outorga, equivalente apenas aos 20 anos de extensão.

No leilão, os investidores deverão fazer um lance pelo preço mínimo das ações, mas também deverão arcar com a outorga à União. Se houver ágio, o mesmo percentual a ser pago em relação às ações precisará ser aplicado na outorga. Por exemplo, se o novo preço mínimo for de R\$ 15 por ação, e o comprador oferecer 10% de ágio, pagando R\$ 16,50 por ação, precisará pagar também 10% a mais na outorga.

O Ministério de Minas e Energia (MME) deve decidir nesta semana sobre a revisão da garantia física da hidrelétrica de Porto Primavera, que deverá ser reduzida mais uma vez para o novo contrato de concessão que será oferecido na privatização da Cesp.

Depois disso, já com a nova garantia física em mãos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai calcular a outorga a ser cobrada pelo novo contrato, proporcional aos 20 anos de extensão. A expectativa dos envolvidos é que o edital possa ser publicado no início de abril, antes da saída do governador Geraldo Alckmin do cargo para disputar a Presidência da República.

O leilão deve ser marcado entre 60 a 90 dias depois da publicação do edital, para dar tempo suficiente para que os interessados avaliem o ativo e fazem as diligências necessárias. O "data room" (sala virtual de informações) já está aberto, e visitas nas instalações da companhia já podem ser feitas por interessados.

No fim de 2016, o MME revisou a garantia física de Porto Primavera de 1.017 megawatts (MW) médios para 992,6 MW médios. A partir de 1º de janeiro, a usina sofreu nova redução, para 941,8 MW médios. Essa energia está totalmente contratada até 2028. O novo contrato de concessão vai respeitar isso. Nos 20 anos de extensão, a energia será descontratada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Aneel decide hoje nova taxa de remuneração para distribuição

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve definir sua posição final sobre a nova taxa de remuneração (Wacc, na sigla em inglês) das distribuidoras em reunião da diretoria na manhã de hoje. Até ontem à tarde, ainda havia visões divergentes sobre a metodologia de cálculo que será aplicada na definição da taxa pelos próximos três anos, com vigência de até cinco anos. Na reta final, a discussão girava em torno do uso da série histórica do risco-país como indicador que mede a piora ou melhora do ambiente de negócio.

No cálculo da taxa atual de 8,09%, a Aneel usou o critério de mediana para apurar o risco-país, do período de outubro de 2003 a setembro de 2017, registrado pelo EMBI+Brazil, da J.P. Morgan. O uso da mediana permitiu que a agência desconsiderasse os maiores picos de melhora ou piora das condições de investimento no país.

Se tivesse adotado a apuração de risco pela média, a metodologia teria capturado as oscilações mais fortes do indicador com o favorecimento das concessionárias. Esta foi uma das reivindicações das distribuidoras. O segmento considera que a mudança deveria vir associada à ferramenta "box plot" para corrigir distorções. A área técnica da agência, no entanto, argumentou que, em nome da estabilidade regulatória, o parâmetro atual deveria ser mantido.

A Aneel reconhece, por exemplo, que considerar a piora do risco-Brasil em períodos pré e pós eleições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, garantiria uma taxa de remuneração mais vantajosa para as empresas - porém, com distorções. Isso não ocorreu porque, há três anos, foi adotada a mediana nos ciclos de revisão tarifária de quatro ou cinco anos.

Hoje, a diretoria do órgão pode decidir por fazer um novo recorte da série histórica do risco-Brasil, excluindo o período inicial de três anos no qual foi registrado a maior alta desse indicador. Neste caso, a agência reconsideraria o pedido das distribuidoras sobre o uso da média - no lugar da mediana -, pois não entraria o pico que mais distorce a definição do Wacc. Isso manteria a remuneração nos patamares de hoje, em torno de 8,09%.

No fim do ano passado, a autarquia indicou a redução desse percentual para 7,71%. Em seguida, a agência propôs um corte ainda maior ao incluir dados ignorados no primeiro momento. A Abradee, que representa as distribuidoras, alertou para o risco de a remuneração proposta gerar um corte de apenas 0,3 ponto percentual nas tarifas, comprometendo investimentos de R\$ 3 bilhões por ano. "Amanhã [hoje], será um dia crucial. Seria difícil assimilar um Wacc menor do que o atual", disse Nelson Leite, presidente da entidade.

Sete grandes investidores privados, que se reuniram na manhã de ontem com o **Ministro Fernando Coelho Filho (Minas E Energia)**, também estiveram na Aneel

para dizer que o corte na taxa reduziria a capacidade de investimento das distribuidoras em um terço (R\$ 3,7 bilhões). Disseram que o setor ficaria com a remuneração inferior às taxas de retorno de outras áreas de infraestrutura, como portos, aeroportos e rodovias.

O grupo denominado "G-7" é formado por Neoenergia, Energisa, EDP, Equatorial, CPFL, Enel e Eletropaulo. Em apresentação feita na Aneel, as empresas indicaram que o Wacc de 7,71% é inferior aos usados no Chile (7,75%), no Peru (8,40%), na Colômbia (9,31%) e no Uruguai (10,13%). Os países vizinhos citados possuem risco-país, também medidos pela J.P. Morgan, inferiores ao do Brasil.

MME / ASCOM .